

Em termos comparáveis, o défice orçamental das administrações públicas entre janeiro e maio de 2018 ficou acima do observado no período homólogo. Até maio de 2018, o crescimento da receita e da despesa foi inferior ao previsto no OE/2018 para o conjunto do ano. Na receita efetiva, os impostos diretos e outras receitas correntes apresentam um crescimento abaixo do previsto, parcialmente compensado pela evolução favorável dos impostos indiretos e das contribuições sociais, destacando-se também o baixo grau de cobrança da receita de capital. Na despesa efetiva, destaca-se o baixo grau de execução do investimento, das transferências correntes e de capital e das outras despesas correntes. Em sentido contrário registou-se um crescimento acima do objetivo anual do OE/2018 nos juros e outros encargos com a dívida pública, bem como nas despesas com pessoal.

Síntese da execução orçamental

1 A presente análise tem como fonte principal a Síntese de Execução Orçamental publicada pela Direção-Geral do Orçamento (DGO) no dia 26 de junho, relativa às contas das administrações públicas para o período janeiro-maio de 2018, na ótica da contabilidade pública. Os referenciais anuais para efeitos de comparação com a execução orçamental são a execução provisória de 2017, que será posteriormente substituída pela Conta Geral do Estado, e o Orçamento do Estado para 2018 (OE/2018).

Tabela 1 – Saldo global por subsetor
(em milhões de euros)

Subsetor	Jan-mai 2017	Jan-mai 2018	variação homóloga	Referencial anual		
				2017	OE/2018	variação homóloga OE/2018
1. Estado	-2 703	-4 248	-1 544	-4 822	-5 532	-710
2. Serviços e Fundos Autónomos	260	-16	-276	-114	187	301
do qual: EPR	-453	-909	-457	-1 109	-1 283	-174
3. Administração Central (1+2)	-2 444	-4 264	-1 821	-4 936	-5 345	-409
4. Segurança Social	1 286	1 488	202	2 078	929	-1 149
5. Adm. Central + Seg. Social (3+4)	-1 158	-2 776	-1 618	-2 858	-4 416	-1 559
6. Administração Regional e Local	525	552	27	284	880	596
7. Administrações Públicas, contabilidade pública (5+6)	-633	-2 225	-1 592	-2 574	-3 537	-963

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: os valores relativos a 2017 referem-se à execução provisória, a qual será objeto de atualização para valores da CGE/2017. O referencial anual para 2018 corresponde ao OE/2018.

2 O objetivo do saldo orçamental no OE/2018 tem diferentes sentidos para a variação homóloga consoante a ótica contabilística utilizada: uma deterioração em contabilidade pública, mas uma melhoria em contabilidade nacional. Em termos não ajustados, as administrações públicas apresentaram um défice orçamental em contabilidade pública no período janeiro-maio de 2018, o qual é superior ao verificado no período homólogo. De acordo com os dados divulgados pela DGO, i.e. sem qualquer ajustamento, as administrações públicas registaram um défice orçamental de 2225 M€ até maio de 2018, o que corresponde a um agravamento homólogo de 1592 M€ (Tabela 1 e Tabela 18). De salientar que o objetivo anual do saldo orçamental em contabilidade pública para 2018 tem subjacente uma deterioração homóloga no valor de 963 M€, em comparação com a execução provisória de 2017.

3 Em termos ajustados, o objetivo para o saldo orçamental em 2018 tem implícita uma deterioração homóloga em contabilidade pública. A presente análise encontra-se elaborada em termos ajustados dos fatores mais relevantes que limitam a comparabilidade homóloga no biénio 2017-2018, os quais encontram-se identificados na Caixa 1

em anexo.¹ Após ajustamentos e na ótica da contabilidade pública, o saldo das administrações públicas para 2018 tem subjacente uma variação homóloga negativa do saldo orçamental (Tabela 2).

Tabela 2 - Saldo global ajustado, por subsetor
(em milhões de euros)

Subsetor	Jan-mai 2017	Jan-mai 2018	variação homóloga	Referencial anual		
				2017	OE/2018	variação homóloga OE/2018
1. Estado	-4 295	-4 063	232	-4 819	-5 615	-795
2. Serviços e Fundos Autónomos	502	77	-425	-114	187	301
do qual: EPR	-338	-816	-478	-1 109	-1 283	-174
3. Administração Central (1+2)	-3 792	-3 986	-193	-4 933	-5 428	-494
4. Segurança Social	1 289	1 379	90	1 652	903	-749
5. Adm. Central + Seg. Social (3+4)	-2 503	-2 607	-104	-3 281	-4 524	-1 243
6. Administração Regional e Local	580	552	-28	284	880	596
7. Administrações Públicas, contabilidade pública (5+6)	-1 923	-2 055	-132	-2 997	-3 644	-647

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo.

4 O conjunto das administrações públicas apresentou um défice orçamental no período janeiro-maio de 2018 acima do verificado no período homólogo. Tendo como referência o período janeiro-maio (Tabela 2 e Tabela 3), observou-se uma variação homóloga negativa do saldo das administrações públicas, sendo determinada por um aumento da despesa efetiva (1311 M€) superior ao registado na receita efetiva (1179 M€). Por subsectores, de salientar a deterioração homóloga do subsector dos serviços e fundos autónomos (-425 M€) devido sobretudo ao contributo das entidades públicas reclassificadas (-478 M€), bem como da administração local (-60 M€). Em sentido contrário, verificou-se uma melhoria homóloga do saldo nos subsectores Estado (+232 M€), segurança social (+90 M€) e administração regional (+32 M€).

Tabela 3 – Conta das administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Janeiro-maio				Ref. anuais				Grau execução	
	2017	2018	var. homóloga M€	%	2017	OE/2018	var. homóloga M€	%	2017	OE/2018
Receita efetiva	28 628	29 807	1 179	4,1	80 580	86 122	5 542	6,9	35,5	34,6
Corrente	27 886	29 168	1 282	4,6	78 577	82 642	4 065	5,2	35,5	35,3
Capital	742	640	-103	-13,9	2 003	3 480	1 477	73,7	37,1	18,4
Despesa efetiva	30 552	31 863	1 311	4,3	83 577	89 767	6 190	7,4	36,6	35,5
Corrente primária	25 425	26 528	1 104	4,3	70 024	74 501	4 477	6,4	36,3	35,6
Juros	3 388	3 590	202	6,0	8 299	8 426	127	1,5	40,8	42,6
Capital	1 739	1 745	5	0,3	5 254	6 840	1 586	30,2	33,1	25,5
Saldo global	-1 923	-2 055	-132		-2 997	-3 644	-647			

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo. O referencial anual para 2017 tem por base a execução provisória.

¹ Os ajustamentos têm por base a relevância do montante, a possibilidade de quantificação e referem-se ao biénio 2017-2018.

5 A receita efetiva cresceu, com os contributos da receita fiscal e contributiva, destacando-se o baixo grau de execução da receita de capital. Até ao final do mês de maio a receita efetiva apresentou um crescimento homólogo de 4,1% (Tabela 3), com contributos de 4,5 p.p. da receita corrente e -0,4 p.p. da receita de capital (Tabela 17). A receita corrente apreciou-se 4,6% face ao mesmo período do ano anterior, destacando-se a evolução da receita fiscal e contributiva (4,5%) e as outras receitas correntes (5,3%). A receita de capital registou um decréscimo de 13,9%, com um reduzido grau de execução de 18,4%, situando-se 18,7 p.p. abaixo do mesmo período do ano anterior. Enquadrando a evolução em termos anuais, o crescimento global de 4,1% representou um desvio desfavorável de 2,8 p.p. face ao objetivo de 6,9% subjacente ao OE/2018. A receita fiscal e as contribuições sociais continuaram a situar-se acima do expectável, com contributos de 0,6 p.p. de cada uma delas, destacando-se em sentido contrário as outras receitas correntes e as receitas de capital, com contributos de -1,7 p.p. e -2,2 p.p., respetivamente (Gráfico 2), verificando-se que a cobrança da receita fiscal e contributiva, apesar de se situar acima das respetivas metas anuais, não é suficiente para compensar a sub-execução das outras receitas correntes e da receita de capital.

6 A receita fiscal ajustada continua a crescer acima da meta anual, constituindo os impostos indiretos, nomeadamente o IVA, o principal determinante. A receita fiscal arrecadada nos primeiros cinco meses do ano, ajustada do diferente perfil intra-anual de cobrança do IRC², registou um crescimento de 4,0%, com contributos de 3,6 p.p. dos impostos indiretos e 0,4 p.p. dos impostos diretos, continuando a superar o objetivo de 2,7% implícito ao OE/2018 (Tabela 4). Os impostos indiretos registaram um acréscimo de 5,4% (Gráfico 1), determinado em larga medida pela cobrança do IVA (variação homóloga de 5,2%, que compara com 3,3% do objetivo anual), com um contributo de 2,2 p.p., seguido do imposto sobre o tabaco, do imposto sobre produtos petrolíferos (ISP) e do imposto do selo, com contributos unitários de 0,2 p.p.. O crescimento de 1,0% dos impostos diretos apresenta um desvio desfavorável de 0,6 p.p. face ao objetivo do OE/2018, tendo-se registado comportamentos distintos entre subsectores (Tabela 5). No Estado, assistiu-se a um acréscimo de 1,9%, enquanto na administração regional e local se verificou um decréscimo de 1,3%, a que correspondem contributos de 0,5 p.p. e -0,1 p.p., respetivamente, salientando-se ainda, na administração regional e local, um grau de cobrança inferior ao do ano anterior (-3 p.p.). Analisando cada um dos impostos, no Estado, a cobrança ajustada de IRS cresceu 1,7%, comparando favoravelmente com a meta definida no OE/2018 (-1,0%), encontrando-se também o crescimento de 2,1% do IRC em linha com este objetivo. Por questões de comparabilidade face ao período homólogo, foram efetuados ajustamentos à receita fiscal, nomeadamente a

² A receita de IRC foi ajustada no montante total de 1578 M€, considerando o diferente perfil de cobrança intra-anual de 2018 face a 2017, para tornar possível a comparabilidade das duas séries anuais. A cobrança deste imposto deslizou do mês de maio para o mês de junho, em consequência da prorrogação do prazo para entrega da declaração modelo 22 até ao final do mês de junho (despacho n.º 132/2018.XXI do SEAF, de 9 de abril). Este ajustamento será anulado no mês de junho.

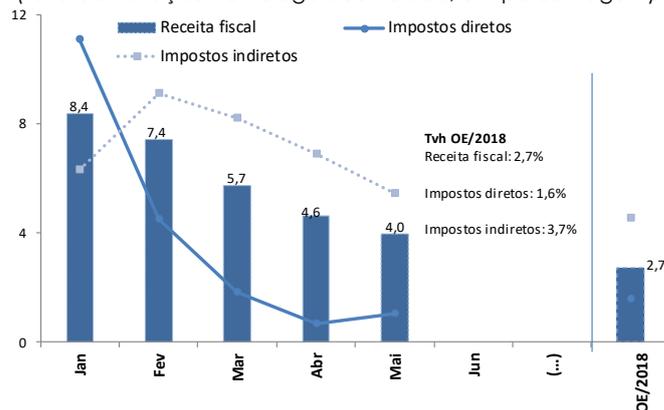
receita do IRC, o PERES, a receita de reavaliação de ativos, os reembolsos de IRS e a uniformização contabilística da receita relativa à taxa de incidência sobre os seguros do INEM (Caixa 1).^{3, 4, 5}

Tabela 4 – Receita fiscal e contributiva das administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Janeiro-maio		var. homóloga		Ref. anuais		var. homóloga		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Receita Fiscal	15 622	16 241	619	4,0	47 232	48 516	1 284	2,7	33,1	33,5
Impostos diretos	5 236	5 290	54	1,0	21 410	21 745	334	1,6	24,5	24,3
Impostos indiretos	10 386	10 951	564	5,4	25 821	26 772	950	3,7	40,2	40,9
Contribuições Sociais	7 633	8 066	433	5,7	19 760	20 469	709	3,6	38,6	39,4
dos quais: Segurança Social	6 172	6 585	413	6,7	15 713	16 510	797	5,1	39,3	39,9
dos quais: CGA	1 430	1 452	22	1,6	3 970	3 882	-88	-2,2	36,0	37,4
Receita Fiscal e Contributiva	23 255	24 307	1 051	4,5	66 992	68 985	1 993	3,0	34,7	35,2

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

Gráfico 1 – Receita fiscal das administrações públicas
(taxa de variação homóloga acumulada, em percentagem)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

Tabela 5 – Receita fiscal das administrações públicas por subsector (em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-mai		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Subsector Estado, dos quais:	13 435	13 992	558	4,2	41 838	42 901	1 063	2,5	32,1	32,6
Impostos diretos	3 849	3 922	73	1,9	17 989	18 098	109	0,6	21,4	21,7
IRS	3 294	3 350	57	1,7	12 231	12 106	-126	-1,0	26,9	27,7
IRC	551	562	12	2,1	5 406	5 522	115	2,1	10,2	10,2
Outros	4	9	5	-	351	471	120	34,0	1,2	1,9
Impostos indiretos	9 586	10 071	485	5,1	23 849	24 802	954	4,0	40,2	40,6
ISP	1 330	1 359	29	2,2	3 364	3 554	190	5,6	39,5	38,2
IVA	6 591	6 931	340	5,2	15 977	16 501	525	3,3	41,3	42,0
ISV	218	324	6	2,0	757	823	66	8,7	42,0	39,4
Imposto de consumo sobre o tabaco	418	455	37	8,9	1 445	1 443	-2	-0,1	28,9	31,5
IABA	91	98	8	8,4	279	293	14	5,0	32,5	33,5
Imposto do selo	617	647	30	4,9	1 469	1 512	43	2,9	42,0	42,8
Imposto Único de Circulação (IUC)	143	150	7	5,1	334	395	61	18,4	42,8	38,0
Outros	79	107	27	34,5	224	281	57	25,5	35,5	38,0
Serviços e fundos autónomos, outros impostos indiretos	266	292	26	9,8	583	576	-7	-1,3	45,6	50,7
Impostos diretos	266	292	26	9,8	583	576	-7	-1,3	45,6	50,7
Outros	266	292	26	9,8	583	576	-7	-1,3	45,6	50,7
Segurança Social, impostos indiretos	96	103	7	7,2	240	222	-19	-7,8	40,1	46,6
Impostos indiretos	96	103	7	7,2	240	222	-19	-7,8	40,1	46,6
Administração Regional e Local	1 825	1 853	28	1,5	4 570	4 818	248	5,4	39,9	38,5
Impostos diretos	1 387	1 368	-19	-1,3	3 421	3 646	225	6,6	40,5	37,5
Impostos indiretos	438	485	46	10,6	1 149	1 172	23	2,0	38,2	41,4
Total	15 622	16 241	619	4,0	47 232	48 516	1 284	2,7	33,1	33,5
<i>Por memória (antes ajustamentos):</i>										
IRS	3 601	3 350			12 231	12 143				
IRC	2 129	562			5 749	5 645				
IVA	6 591	6 931			15 977	16 548				
Serviços e fundos autónomos	313	292			690	687				
Total (antes de ajustamentos)	17 554	16 241	-1314	-7,5	47 681	48 834	1 154	2,4	36,8	33,3

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

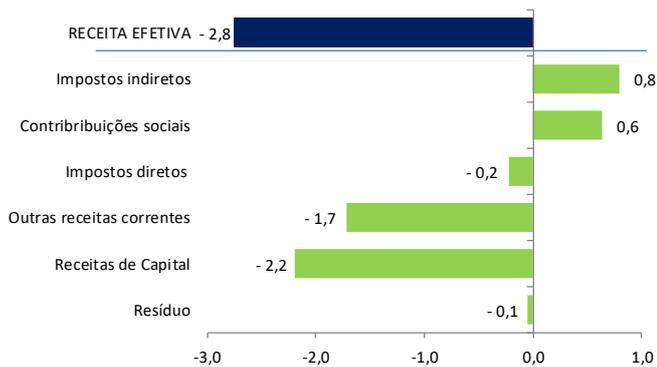
³ A receita de IRC tem dois ajustamentos:

- Correção diferente perfil intra-anual de cobrança do IRC, no montante total de 1578 M€. Este ajustamento será anulado no mês de junho.
- Desfasamento temporal motivado por uma operação financeira de uma empresa, a qual gerou uma receita de 235 M€ em 2017.

⁴ Durante a execução do ano de 2018 a receita do INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica encontra-se registada em taxas, enquanto no ano 2017 e no OE/2018 esta receita foi registada em impostos indiretos.

⁵ A receita de IRS foi ajustada por forma tornar comparável o diferente perfil temporal de pagamento dos reembolsos nos dois anos em análise.

Gráfico 2 – Principais contributos para o desvio da receita
(face ao objetivo anual, em pontos percentuais)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: a soma dos contributos das componentes de receita diverge do desvio da taxa de variação da receita efetiva devido à existência de diferenças de consolidação, gerando um resíduo. Os montantes das diferenças de consolidação encontram-se detalhados na Tabela 17 e na Tabela 18.

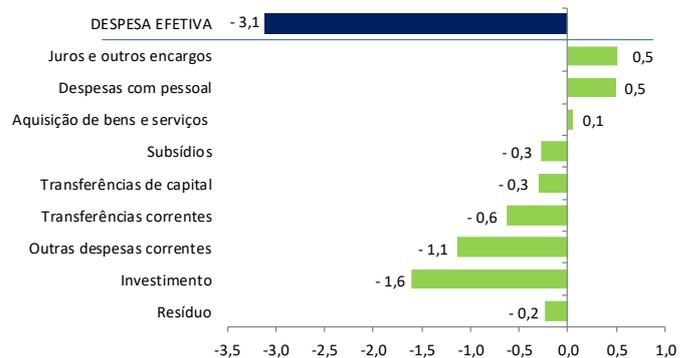
7 Até ao final de maio, a receita com contribuições sociais cresceu 5,7%, refletindo sobretudo o aumento das contribuições para a segurança social. O crescimento das contribuições para sistemas de proteção social situou-se em 5,7%, excedendo em 2,1 p.p. o crescimento de 3,6% implícito ao OE/2018. O grau de cobrança (39,4%) também se situa acima do período homólogo. Sublinhe-se que na receita da CGA foi ajustado o efeito base referente à alteração no regime de pagamento do subsídio de Natal (Caixa 1).

8 No período janeiro-maio de 2018, o grau de execução da despesa efetiva ficou abaixo do verificado no período homólogo. Tendo por referência o OE/2018 inicial, o grau de execução da despesa efetiva no período janeiro-maio de 2018 foi de 35,5%, sendo 1,1 p.p. inferior ao registado no mesmo período do ano anterior (Tabela 3 e Tabela 17). Relativamente à desagregação por componentes, os graus de execução quer da despesa corrente (36,3%) quer da despesa de capital (25,5%) foram inferiores ao registado no período homólogo, 36,8% e 33,1%, respetivamente. Adicionalmente, de salientar que o desvio verificado em 2017 entre a estimativa de execução apresentada em outubro no âmbito da Proposta de Lei do OE/2018 e a respetiva execução poderá ter efeitos no ano 2018, visto que a previsão subjacente ao OE/2018 foi efetuada tendo por base um ponto de partida que não se verificou, podendo ter efeitos nas variações homólogas subjacentes a cada componente de despesa para o total do ano. Importa salientar que a dotação das outras despesas correntes regista a dotação provisional no Ministério das Finanças, bem como a reserva orçamental dos organismos da administração central.⁶ Além disso, no orçamento do Ministério das Finanças encontram-se inscritas dotações centralizadas que têm finalidades específicas: descongelamento de carreiras (130 M€), sustentabilidade do setor da saúde (84,9 M€), incêndios florestais (187 M€), regularização de passivos e aplicação de ativos (480 M€),

⁶ Para o conjunto da administração central, a Lei do OE/2018 inclui na rubrica "outras despesas correntes" a dotação provisional (495 M€), bem como a reserva orçamental (451,2 M€). Até maio de 2018, a reafetação da dotação provisional foi de 12,5 M€ e a reafetação da reserva orçamental cerca 11,5 M€.

contrapartida pública nacional (100 M€) e orçamento participativo (5 M€).^{7, 8}

Gráfico 3 – Principais contributos para o desvio da despesa
(em termos acumulados face ao objetivo anual, em pontos percentuais)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: no OE/2018, o agrupamento "outras despesas correntes" inclui a reserva orçamental. A componente "resíduo" reflete a dotação provisional e as diferenças de consolidação. Os montantes das diferenças de consolidação encontram-se detalhados na Tabela 17 e na Tabela 18.

Tabela 6 – Despesa corrente primária e principais rubricas
(variações homólogas, em milhões de euros e percentagem)

	Janeiro-maio				Ref. Anuais				Grau execução	
	2017	2018	var. homóloga	%	2017	OE/2018	var. homóloga	%	2017	OE/2018
Despesa Corrente Primária	25 425	26 528	1 104	4,3	70 024	74 501	4 477	6,4	36,3	35,6
<i>Despesas com pessoal</i>	7 237	7 401	164	2,3	20 144	20 176	32	0,2	35,9	36,7
<i>Aquisição de bens e serviços</i>	4 317	4 770	453	10,5	11 779	12 976	1 197	10,2	36,7	36,8
<i>Transferências correntes</i>	13 118	13 589	471	3,6	35 596	37 407	1 811	5,1	36,9	36,3
<i>Seg. Social (Pensões + Prestações)</i>	8 005	8 289	284	3,5	21 596	22 974	1 378	6,4	37,1	36,1
<i>Caixa Geral de Aposentações</i>	3 420	3 485	66	1,9	9 529	9 738	209	2,2	35,9	35,8
<i>Subsídios</i>	301	365	64	21,2	947	1 347	400	42,2	31,8	27,1
<i>Outras despesas correntes</i>	444	401	-43	-9,7	965	1 792	827	85,8	46,1	22,4

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo. Os dados são consolidados, pelo que a rubrica "Transferências correntes" não incorpora as operações ocorridas entre entidades das administrações públicas.

9 Até maio de 2018, as despesas com pessoal apresentaram um grau de execução superior ao observado no mesmo período do ano anterior.⁹ O grau de execução no período janeiro-maio de 2018 situou-se em 36,7%, ficando 0,8 p.p. acima do verificado no período homólogo (Tabela 6, Tabela 7 e Tabela 17). No orçamento do Ministério das Finanças encontra-se a dotação centralizada com vista ao reforço orçamental no âmbito do descongelamento de carreiras na administração central (130 M€), a qual não foi utilizada até ao final de maio. O valor orçamentado no OE/2018 para despesas com pessoal das administrações públicas foi de 20 176 M€, o que reflete um crescimento homólogo de 0,2% face à execução provisória de 2017, sendo que até maio de 2018 o crescimento foi de 2,3%. Por programa orçamental, o P011-Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar registou o grau de execução mais elevado (39,4%).

⁷ Até maio de 2018, do conjunto das dotações orçamentais centralizadas foram reafectados 110,8 M€ relativos a incêndios florestais e 8,5 M€ no âmbito da contrapartida pública nacional na despesa de investimento.

⁸ De referir que do conjunto destas dotações centralizadas encontra-se orçamentada despesa com ativos financeiros, nomeadamente para incêndios florestais (62 M€) e regularização de passivos e aplicação de ativos (180 M€).

⁹ Para efeitos de comparabilidade homóloga, os dados encontram-se ajustados do diferente perfil de pagamentos no âmbito dos duodécimos do subsídio de férias no biénio 2017-2018 (Caixa 1 em anexo).

Tabela 7 – Despesas com pessoal das administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-maio		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Administração Central, por programa	5 846	5 949	103	1,8	16 237	16 300	63	0,4	36,0	36,5
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	1 694	1 737	42	2,5	4 685	4 408	-278	-5,9	36,2	39,4
Saúde	1 433	1 491	58	4,1	3 966	3 951	-14	-0,4	36,1	37,7
Segurança Interna	590	583	-7	-1,2	1 599	1 594	-5	-0,3	36,9	36,5
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	465	468	3	0,6	1 345	1 426	81	6,0	34,5	32,8
Defesa Nacional	451	430	-20	-4,5	1 275	1 267	-8	-0,6	35,3	34,0
Órgãos de Soberania e Justiça	430	442	12	2,9	1 202	1 182	-19	-1,6	35,8	37,4
Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	121	126	5	4,4	340	380	40	11,7	35,5	33,2
Finanças	216	209	-7	-3,5	596	621	25	4,3	36,3	33,6
Descongelamento de carreiras	-	0	-	-	-	130	-	-	-	0,0
Segurança Social	95	96	1	1,7	262	284	22	8,5	36,2	33,9
Administração Regional e Local	1 296	1 355	59	4,6	3 645	3 592	-53	-1,5	35,5	37,7
Total	7 237	7 401	164	2,3	20 144	20 176	32	0,2	35,9	36,7

Por memória:

Total (antes de ajustamentos) 7 538 7 401 -138 -1,8 20 144 20 176 32 0,2 37,4 36,7

Fontes: DGO, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Nota: a dotação orçamental da administração central incluiu uma dotação centralizada no orçamento do Ministério das Finanças (130 M€) para descongelamento de carreiras que visa a execução no âmbito de outros Ministérios.

10 No período janeiro-maio de 2018, o grau de execução da despesa com aquisição de bens e serviços foi ligeiramente superior ao registado no período homólogo. Excluindo o Ministério da Saúde, o grau de execução até maio de 2018 ficou abaixo do observado no mesmo período de 2017. O grau de execução da aquisição de bens e serviços situou-se em 36,8 até maio de 2018, ficando 1 p.p. acima do verificado no período homólogo (Tabela 6, Tabela 8 e Tabela 17). De referir que desde março de 2018 a despesa com aquisição de bens e serviços passou a evidenciar um crescimento (Gráfico 4). No entanto, salienta-se que esta evolução advém do contributo do programa orçamental P013-Saúde, que efetuou pagamentos de dívidas vencidas do SNS. Excluindo o programa orçamental P013-Saúde, o grau de execução da administração central foi de 24,4% até maio de 2018, refletindo uma taxa de variação de 3,5% e que compara com o crescimento de 35,1% orçamentado no OE/2018. De acordo com os dados da DGO, o passivo não financeiro das administrações públicas em aquisição de bens e serviços foi de 858 M€ no final de maio de 2018, o que corresponde a um acréscimo de 171 M€ face ao verificado no final de dezembro de 2017. Relativamente aos pagamentos em atraso nos Hospitais EPE, o montante total no final de maio de 2018 foi de 705 M€, refletindo uma descida de 132 M€ em relação ao montante registado no final de dezembro de 2017.

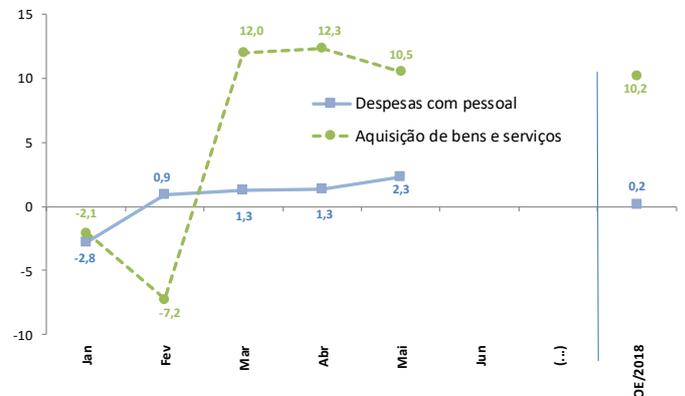
Tabela 8 – Aquisição de bens e serviços das administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-maio		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Administração Central, por programa	3 138	3 584	446	14,2	8 571	9 416	845	9,9	36,6	38,1
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	35	34	0	-1,1	104	134	30	29,2	33,2	25,4
Saúde	2 226	2 640	414	18,6	5 706	5 545	-161	-2,8	39,0	47,6
Finanças	75	79	4	5,1	237	265	28	12,0	31,7	29,8
Dotação centralizada: regularização de passivos não financeiros	-	0	-	-	-	300	-	-	-	0,0
Dotação centralizada: Saúde	-	0	-	-	-	85	-	-	-	0,0
Segurança Interna	65	74	8	12,9	224	280	56	24,8	29,1	26,4
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	85	92	6	7,4	292	311	19	6,6	29,2	29,4
Defesa Nacional	116	107	-9	-7,4	446	465	19	4,2	26,0	23,1
Economia	36	33	-3	-8,9	104	140	36	34,3	34,3	23,3
Ambiente	47	46	-1	-1,9	143	192	49	34,6	32,9	24,0
Planeamento e Infraestruturas	145	155	10	7,0	461	621	160	34,6	31,4	25,0
Segurança Social	16	19	3	16,9	52	112	60	115,8	30,8	16,7
Administração Regional e Local	1 163	1 168	5	0,4	3 156	3 449	292	9,3	36,9	33,9
Total	4 317	4 770	453	10,5	11 779	12 976	1 197	10,2	36,7	36,8
Sub total, sem programa Saúde	2 091	2 130	39	1,9	6 073	7 432	1 358	22,4	34,4	28,7

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: a dotação orçamental da administração central incluiu dotações centralizadas no orçamento do Ministério das Finanças (384,9 M€) que visam a execução noutros ministérios, nomeadamente com a finalidade de assegurar a sustentabilidade do setor da saúde (84,9 M€) e a regularização de passivos não financeiros da administração central (300 M€).

11 Até maio de 2018, o grau de execução dos juros pagos pelas entidades públicas reclassificadas (EPR) foi superior ao verificado no mesmo período do ano anterior, sobretudo devido ao pagamento no âmbito de juros swap do Metropolitano de Lisboa. A despesa com juros pagos pelas EPR a entidades exteriores às administrações públicas situou-se em 459,3 M€ até maio de 2018, refletindo um grau de execução de 52,3% do montante orçamentado no OE/2018 (grau de execução de 32,3% no período homólogo).¹⁰ De salientar que o valor pago pelo Metropolitano de Lisboa foi de 328,7 M€, correspondendo a um grau de execução de 99,7% do montante previsto no OE/2018 para esta EPR. De acordo com a DGO, o elevado valor dos pagamentos do Metropolitano de Lisboa foi determinado pela regularização de pagamentos de contratos swap no valor de 269,5 M€ em janeiro de 2018. Adicionalmente, o Metro do Porto registou em 2018 uma despesa de 36,3 M€ também relacionada com o acordo efetuado no âmbito dos contratos swap.^{11, 12}

Gráfico 4 – Principais despesas das administrações públicas
(taxa de variação homóloga acumulada, em percentagem)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

12 Até maio de 2018, o grau de execução da despesa com subsídios ficou abaixo do verificado no mesmo período do ano anterior.¹³ No período janeiro-maio de 2018, o grau de execução dos subsídios foi de 27,1% do montante orçamentado no OE/2018, sendo 4,7 p.p. inferior ao observado no período homólogo (Tabela 6, Tabela 9 e Tabela 17). Por subsector, destaca-se o baixo grau de execução do subsector da segurança social (23,7%), bem como nos serviços e fundos autónomos, nomeadamente no Instituto do Emprego e Formação Profissional (32,1%) e o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (19,8%). De salientar que o desvio ocorrido em 2017 (401 M€), decorrente de uma execução provisória inferior à estimativa, poderá ter implicações na taxa de crescimento a observar em 2018.

¹⁰ A presente análise exclui os juros pagos a entidades da administração central visto que existe consolidação dentro do perímetro da administração central.

¹¹ O Metro do Porto registou em maio de 2017 uma despesa de 136,5 M€ relativa ao acordo após processos judiciais sobre juros swap.

¹² De acordo com a DGO, a partir de abril de 2018 a Síntese de Execução Orçamental passou a evidenciar no quadro 18 dos anexos estatísticos apenas os valores relativos a contratos swap no âmbito de pagamentos extraordinários decorrentes de processos judiciais, o que implicou uma revisão em baixa face aos valores divulgados nos meses anteriores.

¹³ Importa referir que na classificação económica a componente "subsídios" não incluiu subsídios de desemprego, os quais estão registados como transferências correntes para as famílias.

Tabela 9 – Subsídios das administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-maio		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Administração Central, dos quais:	167	167	0	0,2	531	529	-2	-0,4	31,5	31,7
Subsídios e indemnizações compensatórias	5	12	7	-	51	67	16	32,3	10,6	17,8
Bonificação de juros	4	8	5	-	36	45	9	25,9	10,1	18,5
IEFP	123	104	-19	-15,6	318	324	6	1,9	38,7	32,1
IFAP	9	6	-4	-38,7	37	29	-8	-21,1	25,4	19,8
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	10	11	1	11,1	28	29	2	6,5	37,1	38,7
Segurança Social	99	164	65	65,9	281	694	413	147,2	35,3	23,7
Administração Regional e Local	35	33	-2	-5,3	135	124	-11	-8,1	25,9	26,7
Total	301	365	64	21,2	947	1.947	400	42,2	31,8	27,1

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

13 O grau de execução até maio de 2018 das transferências correntes para entidades exteriores às administrações públicas situou-se abaixo do verificado no período homólogo. O grau de execução das transferências correntes situou-se em 36,7%, ficando 1,4 p.p. aquém do observado no mesmo período do ano anterior (Tabela 6, Tabela 10 e Tabela 17). De referir o aumento previsto no OE/2018 encontra-se essencialmente concentrado no subsector da segurança social, destacando-se o crescimento anual previsto para as prestações sociais (6,4%), sendo que até ao final de maio de 2018 a taxa de crescimento ficou abaixo da prevista para o conjunto do ano. A Lei do OE/2018 determinou o fim do pagamento do subsídio de Natal em regime de duodécimos aos pensionistas da segurança social e da CGA, pelo que este efeito se encontra ajustado na presente informação técnica, sendo explicitado na Caixa 1.

Tabela 10 – Transferências correntes para entidades exteriores às administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-maio		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Administração Central, dos quais:	4 696	4 869	173	3,7	13 011	13 549	538	4,1	36,1	35,9
CGA - pensões e outros abonos	3 420	3 486	66	1,9	9 532	9 739	206	2,2	35,9	35,8
Contribuição financeira União Europeia	626	713	87	13,9	1 503	1 711	208	13,9	41,7	41,7
Recursos próprios tradicionais	72	86	14	18,9	184	178	-6	-3,4	39,3	48,4
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	125	110	-15	-12,2	304	330	25	8,4	41,2	33,4
IFAP	64	86	22	34,1	390	260	-130	-33,3	16,4	32,9
Fundação para a Ciência e Tecnologia	39	45	6	15,2	99	109	10	9,9	39,4	41,3
Fundo de Ação Social (ensino superior)	88	91	3	3,9	138	143	5	3,6	63,5	63,7
Contribuições e quotas para organizações internacionais	21	21	-1	-2,5	77	70	-7	-8,9	27,9	29,8
Transferência para a Grécia	0	0	0	-	0	144	144	-	-	0,0
Fundo de Acidentes de Trabalho	17	17	0	0,1	39	51	12	30,0	42,6	32,7
IEFP	22	22	1	4,1	58	69	11	18,2	36,9	32,5
Instituto de Turismo de Portugal	7	20	13	-	37	52	15	40,3	19,7	39,1
Fundo Ambiental	17	37	20	-	82	111	29	35,3	21,0	33,6
Autoridade Nacional de Proteção Civil	19	26	7	37,1	91	62	-29	-31,8	21,0	42,2
Segurança Social	8 165	8 446	281	3,4	21 973	23 281	1 309	6,0	37,2	36,3
Administração Regional e Local	257	274	17	6,5	612	577	-35	-5,7	42,0	47,4
Total	13 118	13 589	471	3,6	35 596	37 407	1 811	5,1	36,9	36,3
<i>Por memória (antes de ajustamentos):</i>										
CGA - pensões e outros abonos	3 561	3 486	-76	-2,1	9 532	9 739	206	2,2	37,4	35,8
Contribuição financeira União Europeia	676	750	74	10,9	1 503	1 711	208	13,9	45,0	43,8
Segurança Social	8 403	8 446	43	0,5	21 973	23 281	1 309	6,0	38,2	36,3
Total (antes de ajustamentos)	13 548	13 731	183	1,4	35 596	37 407	1 811	5,1	38,1	36,7

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

14 Até maio de 2018, as despesas de capital evidenciaram um grau de execução abaixo do verificado no mesmo período do ano anterior.¹⁴ O grau de execução das despesas de capital situou-se em 25,5%, sendo 7,6 p.p. inferior ao observado no período homólogo (Tabela 3 e Tabela 17). Excluindo a despesa com concessões, o grau de execução do investimento foi de 18,7%, sendo 9,5 p.p. abaixo do observado no mesmo período do ano anterior, o que representa uma descida de 0,8% até maio de 2018, contrastando com o objetivo do OE/2018, o qual tem implícito um crescimento de 49,4% para o conjunto do ano. Relativamente à empresa Infraestruturas de Portugal, a despesa orçamentada no OE/2018 com investimento, excluindo concessões, situou-se em 291 M€ (Tabela 11), tendo o grau de execução até maio de 2018 ficado em

¹⁴ Para efeitos de comparabilidade homóloga, os dados encontram-se ajustados dos pagamentos das despesas com concessões e subconcessões da empresa Infraestruturas de Portugal (Caixa 1).

9,4%.¹⁵ Quanto às transferências de capital (Tabela 12), o grau de execução foi de 26,3% até maio de 2018 (6 p.p. abaixo do observado no período homólogo), devido essencialmente aos contributos das entidades que apresentam os principais montantes orçamentados: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (21,8%), Fundação para a Ciência e Tecnologia (21,5%), e Fundo de Resolução (0%).

Tabela 11 – Investimento das administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-maio		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Administração Central, dos quais:	834	849	15	1,8	2 198	3 409	1 211	55,1	37,9	24,9
Infraestruturas de Portugal (IP)	625	640	15	2,4	1 522	1 760	238	15,6	41,0	36,3
Concessões	604	612	8	1,4	1 449	1 469	20	1,4	41,7	41,7
Outros investimentos da IP	21	27	7	31,2	73	291	218	-	28,6	9,4
Dotação centralizada: contrapartida pública nacional	-	8	-	-	100	-	-	-	-	8,5
Defesa Nacional	71	66	-5	-7,6	207	255	48	23,4	34,3	25,7
Saúde	28	42	15	52,3	106	301	195	-	26,4	14,1
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	22	25	3	11,7	97	127	30	31,3	22,9	19,5
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	9	4	-5	-58,2	56	80	25	44,2	17,0	4,9
EDIA	15	1	-14	-92,0	17	37	20	-	86,9	3,2
Programas Polis	5	8	3	52,9	15	59	45	-	33,7	12,7
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	17	12	-5	-29,8	37	63	26	70,1	44,9	18,5
Metro do Porto	4	4	-1	-21,6	12	29	17	-	36,7	12,1
Metropolitano de Lisboa	1	2	2	-	13	45	32	-	4,3	5,4
Segurança Social	3	3	0	-10,2	23	51	28	-	13,2	5,3
Administração Regional e Local	526	513	-13	-2,4	1 916	2 026	109	5,7	27,4	25,3
Total	1 362	1 364	2	0,2	4 137	5 485	1 348	32,6	32,9	24,9
<i>Sub total, sem concessões da IP</i>	<i>759</i>	<i>752</i>	<i>-6</i>	<i>-0,8</i>	<i>2 688</i>	<i>4 016</i>	<i>1 328</i>	<i>49,4</i>	<i>28,2</i>	<i>18,7</i>
<i>Por memória (antes de ajustamentos):</i>										
Infraestruturas de Portugal (IP)	682	733	51	7,5	1 522	1 760	238	15,6	44,8	41,7
Concessões	661	706	45	6,8	1 449	1 469	20	1,4	45,6	48,0
Outros investimentos da IP	21	27	7	31,2	73	291	218	-	28,6	9,4
Total (antes de ajustamentos)	1 420	1 458	39	2,7	4 137	5 485	1 348	32,6	34,3	26,6

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: a dotação orçamental da administração central incluiu uma dotação centralizada no orçamento do Ministério das Finanças (100 M€) que visa a execução no âmbito de outros Ministérios.

Tabela 12 – Transferências de capital para entidades exteriores às administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-maio		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Administração Central, dos quais:	196	197	2	0,8	673	939	265	39,4	29,0	21,0
Fundo de Resolução	0	0	0	-	130	135	5	4,0	0,0	0,0
Comissões e outros encargos: Min. Finanças	35	35	0	-1,0	96	85	-11	-11,2	36,4	40,5
IAPMEI	4	18	14	-	21	41	20	93,4	19,6	43,2
Fundação para a Ciência e Tecnologia	44	58	14	31,5	119	267	148	124,1	36,7	21,5
IFAP	101	84	-17	-16,9	253	383	130	51,6	39,9	21,8
Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético	0	0	0	-	24	-	-	-	0,0	-
Segurança Social	1	0	-1	-55,0	6	8	2	31,0	16,1	5,5
Administração Regional e Local	122	147	25	20,6	307	367	60	19,4	39,8	40,2
Total	319	345	26	8,2	987	1 313	327	33,1	32,3	26,3

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

Tópicos sobre a execução orçamental

Execução Orçamental da Segurança Social

15 A segurança social apresentou, nos primeiros cinco meses do ano, um saldo superior ao previsto para o ano como um todo. O saldo da segurança social no final de maio foi de 1488 M€ (Tabela 13), o que representou uma melhoria de 202 M€ face ao mesmo período do ano anterior (1286 M€). Para tal contribuiu o crescimento da receita efetiva (3,3%) num valor superior ao registado na despesa efetiva (1,6%). Adicionalmente, o saldo no final de maio foi superior ao previsto para o conjunto do ano como resultado, sobretudo, de um aumento da despesa inferior ao previsto no OE/2018 (10,4%). Em termos mensais, maio registou um saldo positivo que ascendeu a 239 M€, o que compara com o saldo de 270 M€ de abril (Tabela 14).

¹⁵ O orçamento da empresa Infraestruturas de Portugal para 2018 incluiu dotação orçamental inicial em despesas com investimento no montante de 1759,9 M€, destacando-se o valor da componente concessões e subconcessões a PPP (1469,2 M€). No período janeiro-maio de 2018, a execução desta componente principal das despesas de investimento situou-se em 705,9 M€, sendo que a execução no período homólogo foi de 661 M€.

Tabela 13 - Execução orçamental da segurança social de maio
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan - Mai		Variação		execução 2017	OE/2018	Tvh (%)	Grau de execução (%)
	2017	2018	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)				
1. Receita Corrente - da qual:	10 599	10 948	3,3	3,3	26 673	28 083	5,3	39,0
Contribuições e quotizações	6 172	6 585	6,7	3,9	15 713	16 510	5,1	39,9
Transf. correntes da Ad. Central	3 691	3 490	-5,5	-1,9	8 951	8 529	-4,7	40,9
— Financ. da LBSS	2 807	2 773	-1,2	-0,3	6 737	6 654	-1,2	41,7
— IVA Social	332	343	3,4	0,1	797	824	3,4	41,7
Transferência do FSE	297	404	36,0	1,0	1 006	1 955	94,3	20,7
Transferência do FEAC	1	7	1 300,0	0,1	2	39	-	18,0
Outras receitas correntes	341	358	4,8	0,2	759	826	8,8	43,3
2. Receita de Capital	2	-2	-7,9	0,0	12	13	9,7	16,0
3. Receita Efetiva (1+2)	10 601	10 950	3,3	3,3	26 685	28 096	5,3	39,0
4. Despesa Corrente - da qual:	9 312	9 459	1,6	1,6	24 580	27 113	10,3	34,9
Prestações Sociais - das quais:	8 243	8 289	0,6	0,5	21 596	22 974	6,4	36,1
Pensões, das quais:	5 895	5 829	-1,1	-0,7	16 011	16 700	4,3	34,9
— Sobrevivência	841	837	-0,5	0,0	2 268	2 341	3,2	35,8
— Invalidez	474	390	-17,7	-0,9	1 257	1 087	-13,5	35,9
— Velhice	4 580	4 602	0,5	0,2	12 487	13 273	6,3	34,7
Sub. familiar a crianças e jovens	271	288	6,2	0,2	675	732	8,4	39,3
Subsídio por doença	225	240	6,8	0,2	511	565	10,6	42,4
Sub. desemprego e apoio ao emp.	582	549	-5,8	-0,4	1 312	1 352	3,0	40,6
Complemento Solidário p/ Idosos	86	89	2,5	0,0	208	226	8,5	39,2
Prestação Social de Inclusão	0	100	12	326	-	30,6
Prestações de parentalidade	203	225	11,0	0,2	498	536	7,6	42,0
Outras prestações	139	139	-0,6	0,0	323	316	-2,1	43,8
Ação social	698	679	-2,7	-0,2	1 700	1 863	9,6	36,4
Rendimento Social de Inserção	143	152	6,3	0,1	344	357	3,8	42,6
Pensões do Regime Sub. Bancário	202	200	-0,8	0,0	474	471	-0,7	42,6
Transferências correntes	510	536	5,0	0,3	1 171	1 255	7,2	42,7
Ações de Formação Profissional	244	307	25,8	0,7	1 013	1 868	84,5	16,4
— c/ suporte no FSE	229	279	21,8	0,5	970	1 765	82,0	15,8
5. Despesa de Capital	3	3	-20,9	0,0	27	54	101,7	5,2
6. Despesa Efetiva (4+5)	9 315	9 462	1,6	1,6	24 607	27 167	10,4	34,8
7. Saldo Global (3-6)	1 286	1 488	2 078	929
Por memória: após ajustamentos								
1.A Receita Corrente - da qual:	10 360	10 839	4,6	4,5	26 247	28 058	6,9	38,6
Contribuições e quotizações	6 172	6 585	6,7	3,9	15 713	16 510	5,1	39,9
Transf. correntes da Ad. Central	3 512	3 490	-0,6	-0,2	8 521	8 529	0,1	40,9
3.A Receita Efetiva (1.A+2.A)	10 362	10 841	4,6	4,5	26 259	28 070	6,9	38,6
4.A Despesa corrente	9 071	9 459	4,3	4,3	24 580	27 113	10,3	34,9
Pensões	5 657	5 829	3,0	1,9	16 011	16 700	4,3	34,9
— Sobrevivência	808	837	3,7	0,3	2 268	2 341	3,2	35,8
— Invalidez	455	390	-14,4	-0,7	1 257	1 087	-13,5	35,9
— Velhice	4 394	4 602	4,7	2,3	12 487	13 273	6,3	34,7
6.A Despesa efetiva	9 074	9 462	4,3	4,3	24 607	27 167	10,4	34,8
7.A Saldo Global (3A - 6A)	1 289	1 379	1 652	903

Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. e cálculos da UTAO. | Nota: os fatores de ajustamento encontram-se descritos na Caixa 1. O referencial anual para 2017 refere-se à execução provisória. O referencial anual para 2018 corresponde ao OE/2018.

16 Ajustado dos fatores que influenciam a comparabilidade homóloga, a segurança social registou uma melhoria face ao mesmo período do ano anterior.

Quando ajustado: (i) da transferência extraordinária para compensação do défice da segurança social efetuada em 2017, que até maio se situou em 179 M€; (ii) das transferências do Fundo Social Europeu para formação profissional e para o programa operacional PT 2020, e, do FEAC (Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas), de forma a garantir o princípio da neutralidade dos fundos comunitários, e (iii) do diferente perfil de pagamentos dos duodécimos relativos ao subsídio de Natal para os pensionistas e para os trabalhadores do setor público, o saldo da segurança social atingiu 1379 M€, o que representa um acréscimo de 90 M€ face ao período homólogo (1289 M€). Até ao final de maio, verificou-se um crescimento da receita efetiva de 4,6% como consequência, em parte, da receita com contribuições e quotizações (6,7%), e um aumento da despesa de 4,3%, tendo ambos os agregados acréscimos inferiores ao objetivo do OE/2018 (6,9% e 10,4%, respetivamente).

17 A receita com contribuições e quotizações registou um acréscimo significativo acima do implícito para o conjunto do ano.

A receita acumulada com contribuições e quotizações nos primeiros cinco meses do ano situou-se em 6585 M€, o que representa um acréscimo significativo face ao mesmo período do ano anterior de 6,7% (Gráfico 5). Adicionalmente, observou-se uma estabilização do aumento homólogo. Para tal deverá ter contribuído o aumento da massa salarial justificado quer pela evolução do mercado de

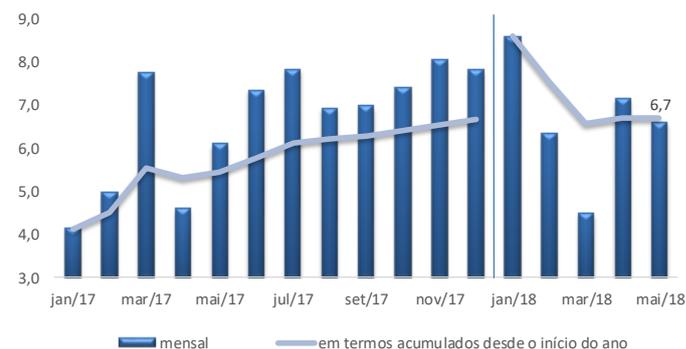
trabalho, quer pelo aumento da retribuição mínima mensal garantida, bem como, em menor grau, pelas medidas de combate à fraude e controlo das declarações de remunerações.

Tabela 14 - Execução mensal da segurança social em termos não ajustados (em milhões de euros)

	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	maí/18	Total
Receita Efetiva	2447	2161	2060	2140	2142	10950
Contribuições e quotizações	1491	1260	1253	1276	1304	6585
Transferências do OE	683	666	666	682	666	3362
Transferências do Fundo Social Europeu	201	19	67	29	88	404
Despesa Efetiva	1944	1885	1860	1870	1903	9462
Pensões	1166	1168	1161	1167	1167	5829
Prestações de desemprego	111	116	111	107	103	549
Ação Social	133	131	131	136	148	679
Ações de Formação Profissional	82	66	55	42	62	307
Saldo	503	276	200	270	239	1488

Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Seg. Social, I.P. e cálculos da UTAO.

Gráfico 5 – Receita com contribuições e quotizações (variação homóloga)



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. e cálculos da UTAO.

18 Em termos comparáveis, a evolução das transferências do OE encontram-se em linha com o previsto para o ano como um todo.

Nos primeiros cinco meses do ano, as transferências da administração central, excluindo a transferência extraordinária efetuada para compensação do défice do sistema previdencial (que atingiu 179 M€ até maio de 2017), situaram-se em 3490 M€, o que compara com os 3512 M€ nos primeiros cinco meses de 2017. Por componentes, destacam-se a transferência do OE para cumprimento da LBSS, que se situou em 2773 M€, a transferência relativa ao IVA social, no montante de 343 M€ e a transferência no âmbito do regime substitutivo bancário que se cifrou em 197 M€.¹⁶ Adicionalmente, registou-se um acréscimo das transferências correntes provenientes do exterior, designadamente do Fundo Social Europeu e do FEAC que atingiram um total de 411 M€ no final de maio, o que representa um crescimento homólogo de 38,1%. Para tal, de acordo com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), terá concorrido a normalização do funcionamento do PT 2020.

19 A despesa com pensões de velhice, em termos ajustados, registou até ao final de maio um crescimento expressivo.

A despesa ajustada com pensões, isto é, corrigida do diferente perfil de pagamento dos duodécimos referentes ao subsídio de Natal, ascendeu a 5829 M€, o que representa um crescimento homólogo de 3,0% (Gráfico 6), situando-se abaixo do objetivo anual de 4,3% inscrito no OE/2018. Por

¹⁶ No caso da transferência relativa ao regime substitutivo bancário, a segurança social age como processador de despesa (como referido pelo IGFSS no seu boletim de execução orçamental mensal).

componentes, destaca-se o crescimento significativo das pensões de velhice (4602 M€ dos quais 63 M€ dizem respeito à parcela de atualização extraordinária de pensões), com um acréscimo de 4,7% devido, em parte, à atualização extraordinária de pensões e ao aumento do número de pensionistas. Refira-se que o OE/2018 prevê uma nova atualização extraordinária de pensões da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações (CGA) em meados de 2018, pelo que se antevê uma aceleração da despesa com pensões de velhice no decurso do 2.º semestre de 2018. Por outro lado, a despesa com pensões de invalidez cifrou-se em 390 M€, o que representa uma queda de 14,4%. No entanto, deve salientar-se que parte da despesa com pensão de invalidez (a respeitante à pensão social de invalidez) passou a estar inscrita na rubrica prestação social de inclusão.¹⁷ Por último, a despesa com pensões de sobrevivência atingiu um montante de 837 M€ (3,7%).

Gráfico 6 – Despesa com pensões de velhice, em termos ajustados
(variação homóloga, percentagem)

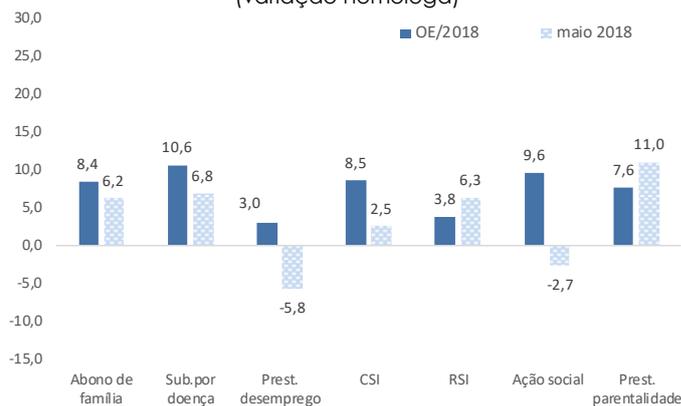


Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Seg. Social, I.P. e cálculos da UTAO.

20 A despesa com prestações de desemprego apresentou uma queda, apesar de se observar uma desaceleração da mesma. A despesa com prestações sociais, excetuando pensões, totalizou 2460 M€, o que representa um aumento de 4,8% face ao mesmo período do ano anterior. Tomando como referência os objetivos implícitos no OE/2018, por prestação social (Gráfico 7), cresceram acima do previsto para o ano como um todo as prestações de parentalidade (225 M€; 11%) e o rendimento social de inserção (152 M€; 6,3%). Adicionalmente, o abono de família (288 M€; 6,2%), o subsídio por doença (240 M€; 6,8%) e o complemento solidário para idosos (89 M€; 2,5%) registaram aumentos inferiores ao previsto para o conjunto do ano de 2018. O subsídio de desemprego (549 M€) e a ação social (679 M€) apresentaram quebras de -5,8% e -2,7%, respetivamente, contrastando com uma previsão anual de aumento de 3,0% e 9,6%, respetivamente. No entanto, relativamente à prestação de desemprego e apoio ao emprego registou-se uma desaceleração do decréscimo, sendo esta uma tendência que se verifica desde o início do ano (Gráfico 8). Por último, refira-se que o aumento da despesa com prestações sociais é consequência, em parte, da prestação social de inclusão (100 M€) cuja implementação na sua totalidade só se registou em 2018.

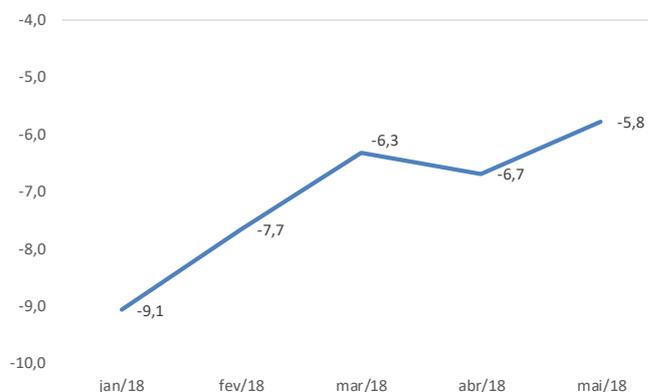
¹⁷ O Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, criou a prestação social para a inclusão e determina, entre outras coisas, a extinção da atual pensão social de invalidez e a sua substituição pela nova prestação social para a inclusão.

Gráfico 7 – Despesa com Prestações sociais em termos acumulados
(variação homóloga)



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

Gráfico 8 – Despesa com Prestações de desemprego e apoio ao emprego, em termos acumulados
(variação homóloga)



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

Caixa Geral de Aposentações

21 A Caixa Geral de Aposentações apresentou um saldo positivo no final do mês de maio do presente ano. A CGA registou um saldo de 56 M€ no final de maio, um valor superior ao verificado no mesmo período de 2017, no qual atingiu 21 M€. Esta melhoria foi justificada pela redução da despesa com pensões e abonos da responsabilidade da CGA. No entanto, após o ajustamento necessário tendo em conta o perfil de pagamentos do subsídio de Natal para os pensionistas da CGA, de forma a garantir a comparabilidade homóloga, registou-se um decréscimo do saldo global em termos homólogos de 48 M€. Para este resultado contribuiu, essencialmente, um crescimento da receita efetiva (0,7%) inferior ao verificado na despesa (2,1%) (Tabela 15). O acréscimo da receita efetiva foi consequência do desempenho positivo das contribuições e quotizações e em sentido contrário, do menor nível de transferências correntes (0,2%) em relação ao previsto (4%) no OE/2018 (Gráfico 9).

Tabela 15 - Execução orçamental de maio da CGA
(em milhões de euros e em percentagem)

	Janeiro - Maio		Variação		Execução 2017	OE/2018	Tvh (%)	Grau de Execução (%)
	2017	2018	Tvh (%)	Contr. p/ tva (p.p.)				
1. Receita corrente	3 654	3 621	-0,9	-0,9	9 794	9 915	1,2	36,5
Contribuições para a CGA	1 489	1 452	-2,5	-1,0	3 970	3 882	-2,2	37,4
Transferências correntes, das quais:	2 074	2 079	0,2	0,1	5 537	5 760	4,0	36,1
Orçamento do Estado	1 871	1 884	0,7	0,3	4 993	5 225	4,6	36,1
Outras receitas correntes	91	89	-2,2	-0,1	287	273	-4,7	32,7
2. Receita de capital	0	-	-	-	0	-	0	-
3. Receita Efetiva	3 654	3 621	-0,9	-0,9	9 794	9 915	1,2	36,5
4. Despesa corrente, da qual:	3 633	3 565	-1,9	-1,9	9 722	9 957	2,4	35,8
Transferências correntes, das quais:	3 617	3 547	-1,9	-1,9	9 690	9 916	2,3	35,8
Pensões e abonos responsab. de:	-	-	-	-	-	-	-	-
CGA	3 232	3 160	-2,2	-2,0	8 657	8 820	1,9	35,8
Orçamento do Estado	96	96	0,0	0,0	252	286	13,4	33,6
Outras entidades	233	229	-1,9	-0,1	620	632	2,0	36,2
Outras transferências correntes	56	62	11,3	0,2	161	179	11,3	34,7
5. Despesa de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Despesa Efetiva	3 633	3 565	-1,9	-1,9	9 722	9 957	2,4	35,8
7. Saldo global (3-6)	21	56	-	-	73	-42	-	-

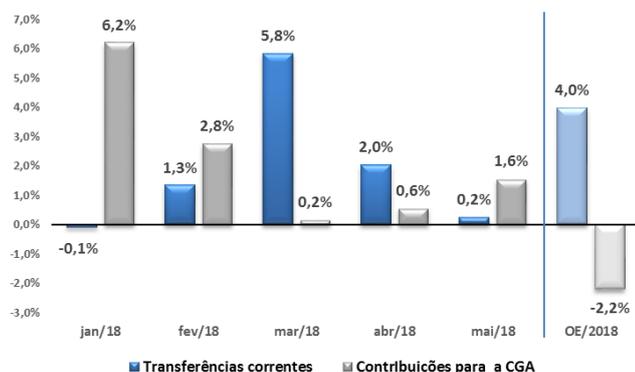
Par memária: após ajustamentos

1A. Receita corrente	3 595	3 621	0,7	0,7	9 794	9 915	1,2	36,5
Contribuições para a CGA	1 430	1 452	1,6	0,6	3 970	3 882	-2,2	37,4
3A. Receita efetiva (1A.+2)	3 595	3 621	0,7	0,7	9 794	9 915	1,2	36,5
4A. Despesa corrente	3 491	3 565	2,1	2,1	9 722	9 957	2,4	35,8
Pensões e abonos	3 419	3 485	1,9	1,9	9 529	9 738	2,2	35,8
6A. Despesa efetiva	3 491	3 565	2,1	2,1	9 722	9 957	2,4	35,8
7A. Saldo global (3A.-6A.)	104	56	-	-	73	-42	-	-

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: o referencial anual para a execução em 2017 corresponde à execução provisória da CGA.

22 A receita com contribuições e quotizações, em termos ajustados, registou um aumento no final de maio de 2018. A receita com contribuições e quotizações para a CGA atingiu 1452 € nos primeiros cinco meses de 2018, o que representa, em termos ajustados, um acréscimo homólogo de 1,6%, em contraponto com a com a redução de 2,2% prevista no OE/2018. Apesar da redução do número de subscritores (2,3% até maio) a evolução da receita com contribuições e quotizações tem sido influenciada positivamente pelo descongelamento gradual das carreiras dos funcionários públicos que teve início em 2018.

Gráfico 9 – Receitas de transferências correntes e contribuições para a CGA (ajustadas) (taxa de variação homóloga acumulada)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

23 A despesa com pensões e abonos, em termos ajustados apresentou um acréscimo que se encontra em linha com o previsto para o ano como um todo. A despesa com pensões e abonos no final do mês de maio atingiu 3485 M€, da qual 3160 M€ da responsabilidade da CGA, o que representa um aumento de aproximadamente 1,9% face ao período homólogo e em sintonia com o acréscimo previsto no OE/2018 para o conjunto do ano (2,2%). Para este acréscimo contribuiu o aumento do número total de pensionistas de 0,4% em termos homólogos no período em análise. Por outro lado, as transferências provenientes de outras entidades, incluindo as da segurança social no âmbito da pensão unificada, fixaram-se em 229 M€.

Grau de execução da despesa efetiva por programa orçamental

24 Neste capítulo apresenta-se a execução da despesa efetiva da administração central, consolidada de transferências, por programa orçamental. Na Tabela 16 apresenta-se a execução e os limites para a despesa financiada por receitas gerais para o ano de 2018, primeiramente aprovados pela Lei n.º 7-C/2016, de 31 de março e posteriormente revistos pela Lei do OE/2017, pela Lei do OE/2018 e pelo Programa de Estabilidade 2018-2022, de abril de 2018, no âmbito do qual se realizou a última atualização ao Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) para a legislatura 2016-2019. Esta atualização anual dos limites de despesa no âmbito do QPPO é determinada pelo art.º 12.º-D da Lei de Enquadramento Orçamental. O Programa de Estabilidade 2018-2022 apresenta um limite para a despesa de 49 819 M€, mantendo o definido no âmbito da Lei do OE/2018, tanto no nível como na composição da despesa, o que representa uma revisão em alta de 296 M€ face às previsões subjacentes à Lei do OE/2017, mas uma poupança de 539 M€ face à despesa projetada no início da legislatura. Adicionalmente, identifica-se o grau de execução da despesa efetiva consolidada da administração central para a execução de 2018 de cada programa orçamental e os aspetos mais relevantes.

- O programa orçamental P001-Órgãos de Soberania apresenta um grau de execução total de 43,3%. Regista os montantes das transferências do Orçamento do Estado para a administração regional e local de 253,8 M€ (grau de execução de 50%) e 1127,3 M€ (grau de execução de 42,8%), respetivamente, para o período janeiro-maio de 2018;
- O programa orçamental P004-Finanças executou a transferências no âmbito da contribuição financeira para a União Europeia no valor de 749,6 M€, o que corresponde a um grau de execução de 43,8%. Quanto aos subsídios e indemnizações compensatórias (inclui classificação económica transferências correntes e subsídios), a execução situou-se em 37,1 M€, o que reflete um grau de execução de 30,6% do valor orçamentado no OE/2018. Neste programa encontram-se orçamentadas as dotações centralizadas, destinadas a serem executadas noutros programas orçamentais com objetivos específicos: descongelamento de carreiras (130 M€), sustentabilidade do setor da saúde (84,9 M€), incêndios florestais (125 M€), regularização de passivos e aplicação de ativos (300 M€), contrapartida pública nacional (100 M€) e orçamento participativo (5 M€).¹⁸ Até ao final do mês de maio foram reafetados 110,8 M€ da dotação para incêndios florestais (grau de execução de 88,6%). Na sua síntese de execução orçamental mensal, a DGO indica um montante de indemnizações às vítimas de incêndios de 32,5 M€, não sendo possível aferir, com a informação disponível, o destino dos 78,3 M€ restantes. Foram também reafetados 8,5 M€ da contrapartida pública nacional, a que corresponde um grau de execução de 8,5%. Foram ainda utilizados 12,5 M€ da dotação provisional, a que corresponde um grau de execução de 2,5% do OE/2018.

¹⁸ A dotação centralizada para os incêndios florestais prevê uma parte adicional de despesa de 62 M€ com ativos financeiros, que se encontra excluída desta análise.

- iii) O programa orçamental P006-Defesa regista a despesa no âmbito da Lei de Programação Militar (LPM) e da Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM). A execução da LPM foi de 102,1 M€, o que corresponde a um grau de execução de 36,7%. A LPIM apresentou um grau de execução residual (0,1%) até ao final de maio;
- iv) O programa orçamental P009-Cultura apresentou uma despesa de 174,2 M€, a que corresponde um grau de execução de 37,0% do OE/2018;
- v) O programa orçamental P010-Ciência, Tecnologia e Ensino Superior inclui as universidades, com montantes significativos de receita própria, tendo registado um aumento de dotações disponíveis no valor 392,5 M€, resultante da integração de saldos de gerência, a que correspondeu um montante de despesa efetiva consolidada de 34,8 M€. A execução total do programa ascendeu a 833,7 M€, que reflete um grau de execução de 32,9% do OE/2018;
- vi) O programa orçamental P011 inclui como principal componente os estabelecimentos de educação e ensinos básico e secundário, com uma execução de 2285,6 M€ (grau de execução de 37,4% do OE/2018). Relativamente à empresa Parque Escolar, a execução foi de 27,2 M€, o que corresponde a um grau de execução de 20,9%;
- vii) O programa orçamental P012-Trabalho, Solidariedade e Segurança Social inclui a transferência do OE para o subsector da segurança social no âmbito da Lei de Bases, no montante de 3164,5 M€ (grau de execução de 41,7%), bem como a transferência para financiamento do regime substitutivo bancário, no valor de 197,4 M€ (grau de execução de 42,7%). Relativamente à Caixa Geral de Aposentações e ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, a execução situou-se em 3565,2 M€ e 210,3 M€, respetivamente, sendo que os graus de execução foram de 35,8% e 28,3%. De salientar que o OE/2018 consignou como receita do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, o montante das receitas líquidas do adicional do imposto municipal sobre imóveis e 2 p.p. das taxas do IRC, no montante de 50 M€ e 70 M€, respetivamente, não tendo sido registada execução em nenhuma das rubricas até ao final do mês de maio;¹⁹
- viii) O programa orçamental P013-Saúde inclui como principais componentes de despesa a aquisição de bens e serviços e as despesas com pessoal, que representaram 75% e 24%, respetivamente, da despesa total. A execução até ao final de maio de 2018 foi de 4583,7 M€ e de 1462,0 M€, respetivamente, sendo os graus de execução de 44,3% e 37,0%. O aumento da despesa com a aquisição de bens e serviços deve-se ao pagamento de dívida não financeira vencida no SNS;²⁰
- ix) A execução orçamental do P014-Planeamento e Infraestruturas atingiu 1096,7 M€ (grau de execução de

34,1%), sendo as principais entidades a empresa Infraestruturas de Portugal com uma despesa de 884,0 M€ (grau de execução de 36,0% do OE/2018) e a CP-Comboios de Portugal, cuja despesa ascendeu a 138,1 M€ (grau de execução de 31,4%);

- x) O P015-Economia registou até ao final do mês de maio uma despesa de 138,1 M€, o que corresponde a um baixo grau de execução de 27,6% do OE/2018, essencialmente devido aos contributos do Turismo de Portugal e do IAPMEI;
- xi) O programa orçamental P016-Ambiente registou uma despesa total de 548,8 M€, a que corresponde um grau de execução elevado de 46,0% do OE/2018, devido essencialmente ao pagamento de juros, relativos a contratos de swap no Metropolitano de Lisboa e Metro do Porto. No Metropolitano de Lisboa a execução orçamental ascendeu a 381,8 M€ (dos quais 328,7 M€ respeitantes a juros), registando-se um grau de execução orçamental de 73,4% do total anual. De referir que a quase totalidade da despesa com juros foi financiada com recurso à contração de empréstimos junto da administração central.

Tabela 16 - Despesa efetiva consolidada da administração central: grau de execução dos programas orçamentais
(em milhões de euros e em percentagem)

Programas	Despesa efetiva da administração central consolidada de transferências			Despesa efetiva da administração central consolidada de transferências, financiada por receitas gerais			Despesa efetiva do subsector Estado, financiada por receitas gerais	
	OE/2018	Execução jan-mai	Grau de execução OE/2018 %	QPO OE/2018 Lei do OE/2018	Execução jan-mai	Grau de execução OE/2018 %	Execução jan-mai	Grau de execução OE/2018 %
Programas								
P001 - Órgãos de Soberania	3 477	1 506	43,3	3 448	1 484	43,0	1 496	43,4
P002 - Governação	162	46	28,5	120	32	26,9	37	30,8
P003 - Representação	396	122	31,0	290	99	34,1	100	34,5
P004 - Finanças	4 788	1 304	27,2	3 719	1 000	26,9	1 048	28,2
P005 - Encargos da Dívida (Juros)	7 270	3 170	43,6	7 268	3 169	43,6	3 169	43,6
P006 - Defesa	2 137	613	28,7	1 743	545	31,3	546	31,3
P007 - Segurança Interna	2 102	688	32,7	1 631	573	35,2	575	35,3
P008 - Justiça	1 359	433	31,9	619	232	37,5	232	37,5
P009 - Cultura	471	173	36,7	308	90	29,1	101	32,7
P010 - Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2 537	829	32,7	1 492	519	34,8	576	38,6
P011 - Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	6 118	2 286	37,4	5 314	2 076	39,1	2 100	39,5
P012 - Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	19 420	7 301	37,6	13 429	5 254	39,1	5 254	39,1
P013 - Saúde	14 863	6 125	41,2	8 470	2 291	27,1	3 600	42,5
P014 - Planeamento e Infraestruturas	3 220	1 097	34,1	813	100	12,3	231	28,4
P015 - Economia	501	138	27,6	213	17	8,2	24	11,1
P016 - Ambiente	1 194	544	45,5	87	4	4,5	16	18,3
P017 - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	1 167	285	24,4	313	106	34,0	112	35,8
P018 - Mar	87	17	19,1	48	10	20,5	12	25,9
Despesa efetiva, excluindo dotação provisional	71 268	26 677	37,4	49 325	17 603	35,7	19 230	39,0
Dotação provisional: outras despesas correntes	495	12	2,5	495	12	2,5	12	2,5
Despesa efetiva	71 763	26 689	37,2	49 819	17 615	35,4	19 243	38,6
<i>Por memória: Despesa primária</i>	64 493	23 519	36,5	42 551	14 446	33,9	16 061	37,7

Fonte: DGO (SIGO) e cálculos da UTAO. | Nota: O montante de dotação provisional encontra-se evidenciado fora do P004-Finanças no sentido de permitir uma melhor avaliação da execução de cada programa. Os valores de execução da base de dados não incluem alguns organismos que não reportaram informação. Os valores orçamentados para cada programa orçamental referem-se aos montantes implícitos à Lei do OE/2018. A despesa financiada por receitas gerais tem como fonte de financiamento fundos do Orçamento do Estado, tais como receita proveniente de impostos e dívida direta do Estado. Por outro lado, a despesa financiada por receita própria tem como fonte de financiamento fundos arrecadados pelo organismo durante a atividade, tais como multas, rendimentos de propriedade, taxas, vendas, impostos consignados e fundos comunitários. Os valores da aquisição de bens e serviços do P013-Saúde não se encontram consolidados, bem como os juros no âmbito da administração central.

¹⁹ A consignação de 2 p.p. das taxas de IRC é faseada entre 2018-2021. Em 2018 a consignação é de 0,5 p.p. das taxas de IRC, sendo que o valor previsto transferir para a segurança social (70 M€) corresponde a 50% desta consignação.

²⁰ De referir que os montantes apresentados não se encontram consolidados entre a aquisição de bens e serviços e as respetivas vendas de bens e serviços.

Caixa 1 - Ajustamentos efetuados à execução orçamental das administrações públicas

Na Tabela 1 seguinte apresenta-se a variação ajustada do saldo global das administrações públicas, identificando-se cada um dos fatores que, por assumirem um carácter específico e influenciarem a comparabilidade para o biénio 2017-2018, foram ajustados na execução orçamental, bem como nos referenciais anuais. A identificação é efetuada com especificação do subsetor e do âmbito do respetivo impacto (receita, despesa ou saldo). Os valores negativos indicam que se trata de um ajustamento com impacto negativo no saldo do subsetor, enquanto valores positivos correspondem a impacto positivo.

(1) Exclusão das **transferências extraordinárias do OE para a segurança social** em 2017, sendo que se efetuaram transferências mensais do subsetor Estado para a segurança social.

(2) Eliminação da receita proveniente de **restituições do orçamento da União Europeia a Portugal** em 2017 e 2018.

(3) As transferências do Fundo Social Europeu (FSE) para a segurança social e a respetiva aplicação em despesa com ações de formação profissional e outros subsídios correntes são ajustadas no sentido de assegurar o cumprimento do **princípio da neutralidade dos fundos comunitários**.

(4) Exclusão da receita fiscal no âmbito do **Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES)** no subsetor Estado.

(5) Eliminação do montante de receita de IRC no âmbito do **regime de reavaliação de ativos**.

(6) Correção do efeito decorrente do **diferente perfil de pagamentos das despesas com pessoal e das pensões devido à eliminação dos duodécimos relativos ao subsídio de Natal** para trabalhadores do setor público, pensionistas da CGA e da segurança social, bem como o efeito de segunda ordem refletido em contribuições sociais.

Tabela 1. Ajustamentos à conta das administrações públicas
(em milhões de euros)

	Subsetor	Âmbito	Janeiro-maio		Referenciais anuais		
			2017	2018	2017	OE/2018	
Saldo global não ajustado			-633	-2 225	-2 574	-3 537	
Ajustamentos c/efeito negativo no saldo:							
Transf. Extraordinária do OE para a Seg. Social (*)	(1)	Seg. Social	Receita	-179	0	-430	0
Restituições relativas à contribuição para a União Europeia	(2)	Estado	Receita	-85	-103	-85	0
Transferências FSE	(3)	Seg. Social	Receita/Despesa	-60	-109	4	-25
Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES)	(4)	Estado	Receita	0	0	n.d.	-100
Reavaliação de ativos	(5)	Estado	Receita	0	0	-107	-107
Contribuições sociais sobre o subsídio de Natal pago em novembro de 2017	(6)	AP	Receita	-59	0	0	0
Receita de IRC decorrente de transações financeiras de uma empresa privada	(7)	Estado	Receita	0	0	-235	n.d.
Alteração da classificação contabilística no INEM: receita fiscal	(8)	SFA	Receita	-47	0	-107	-111
Reembolsos do IRS	(9)	Estado	Receita	-307	0	0	0
Diferente perfil intra-anual do IRC	(10)	Estado	Receita	-1 578	0	0	0
Ajustamentos c/efeito positivo no saldo:							
Dividendos do Banco de Portugal	(11)	Estado	Receita	0	0	0	0
Linearização dos juros da dívida pública	(12)	Estado	Despesa	10	140	0	0
Linearização das despesas com concessões da empresa Infraestruturas de Portugal	(13)	SFA	Despesa	57	94	0	0
Linearização da contribuição financeira para a União Europeia	(14)	Estado	Despesa	50	37	0	0
Despesas com pessoal: fim do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos	(6)	AP	Despesa	302	0	0	0
Pensões e abonos da CGA: fim do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos	(6)	SFA	Despesa	142	0	0	0
Pensões da segurança social: fim do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos	(6)	Seg. Social	Despesa	238	0	0	0
Despesa centralizada no âmbito de incêndios florestais	(15)	Estado	Despesa	0	111	0	125
Alteração da classificação contabilística no INEM: taxas	(8)	SFA	Receita	47	0	107	111
Transf. Extraordinária do OE para a Seg. Social (*)	(1)	Estado	Despesa	179	0	430	0
Efeito líquido dos ajustamentos				-1 290	169	-423	-108
Saldo global ajustado				-1 923	-2 055	-2 997	-3 644

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: (*) operações sem impacto no saldo global das administrações públicas, pois consolidam no perímetro das administrações públicas.

(7) Exclusão de uma **receita de IRC** no montante de 235 M€ decorrente de operações financeiras de uma única empresa.

(8) **Uniformização contabilística da receita do INEM** - Instituto Nacional de Emergência Médica relativa à taxa de incidência

sobre os seguros. Durante a execução do ano 2018 a receita encontra-se em taxas, enquanto no ano 2017 e no OE/2018 a receita foi registada em impostos indiretos.

(9) Ajustamento do efeito decorrente de um diferente perfil intra-anual relativo aos **reembolsos do IRS** no biénio 2017-2018.

(10) Exclusão do efeito na **receita de IRC** decorrente do Despacho n.º 132/2018/XXI do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, o qual determinou o adiamento do prazo para a entrega do modelo 22 relativo ao ano 2017, de 31 de maio para 30 de junho de 2018, originando um diferente perfil intra-anual no biénio 2017-2018. Em 2017 decorreu em maio o recebimento de IRC decorrente do diferencial entre o valor implícito ao modelo 22 e os pagamentos por conta previamente efetuados, enquanto em 2018 este pagamento deverá ocorrer em junho.

(11) Correção da receita dos **dividendos do Banco de Portugal** devido ao diferente perfil intra-anual no biénio 2017-2018. No ano 2018 a receita foi registada no mês de abril, enquanto em 2017 a execução registou-se em maio.

(12) Linearização mensal do referencial anual para a **despesa com juros do subsetor Estado** devido ao diferente perfil intra-anual no biénio 2017-2018.

(13) Linearização mensal do referencial anual da despesa em **concessões e subconcessões da empresa Infraestruturas de Portugal** no biénio 2017-2018. As despesas para o ano corrente encontram-se contratualizadas e referem-se aos pagamentos às concessionárias e subconcessionárias de PPP rodoviárias.

(15) Linearização da despesa relativa à **contribuição financeira para a União Europeia** decorrente do diferente perfil intra-anual no biénio 2017-2018.

(15) Exclusão da dotação centralizada para **despesas no âmbito dos incêndios florestais** ocorridos em 2017. No OE/2018 encontra-se orçamentado o montante de despesa efetiva de 125 M€ em outras despesas correntes na dotação centralizada no Ministério das Finanças, bem como o montante de 62 M€ em despesa de ativos financeiros. A execução orçamental desta despesa pode ser realizada em diferente classificação económica e em diferente programa orçamental.

Tabela 17 – Conta consolidada (ajustada) das administrações públicas para 2018
(em milhões de euros, percentagem e pontos percentuais)

	Janeiro-maio				Ref. Anual				Grau execução		Falta executar	
	Execução		Variação homóloga		2017	OE/2018	Variação homóloga		2017	OE/2018	2017	OE/2018
	2017	2018	M€	%			M€	%				
RECEITA CORRENTE	27 886	29 168	1 282	4,6	78 577	82 642	4 065	5,2	35,5	35,3	50 691	53 474
Impostos diretos	5 236	5 290	54	1,0	21 410	21 745	334	1,6	24,5	24,3	16 175	16 454
Impostos indiretos	10 386	10 951	564	5,4	25 821	26 772	950	3,7	40,2	40,9	15 435	15 821
Contrib. de segurança social	7 633	8 066	433	5,7	19 760	20 469	709	3,6	38,6	39,4	12 127	12 403
Outras receitas correntes	4 581	4 826	245	5,3	11 580	13 648	2 068	17,9	39,6	35,4	6 999	8 822
Diferenças de consolidação	50	36			4	9						
DESPESA CORRENTE	28 812	30 118	1 306	4,5	78 323	82 927	4 604	5,9	36,8	36,3	49 510	52 809
Consumo público	11 998	12 572	574	4,8	32 887	34 944	2 057	6,3	36,5	36,0	20 889	22 372
Despesas com pessoal	7 237	7 401	164	2,3	20 144	20 176	32	0,2	35,9	36,7	12 907	12 775
Aq. bens e serv.e out. desp. corr.	4 762	5 172	410	8,6	12 744	14 768	2 024	15,9	37,4	35,0	7 982	9 596
Aquisição de bens e serviços	4 317	4 770	453	10,5	11 779	12 976	1 197	10,2	36,7	36,8	7 462	8 206
Outras despesas correntes	444	401	-43	-9,7	965	1 792	827	85,8	46,1	22,4	520	1 390
Subsídios	301	365	64	21,2	947	1 347	400	42,2	31,8	27,1	646	982
Juros e outros encargos	3 388	3 590	202	6,0	8 299	8 426	127	1,5	40,8	42,6	4 911	4 836
Transferências correntes	13 118	13 589	471	3,6	35 596	37 407	1 811	5,1	36,9	36,3	22 478	23 819
<i>Dotação provisória</i>	0	12			535	495						
Diferenças de consolidação	7	2			58	307						
SALDO CORRENTE	-926	-950	-24		254	-285	-539				1 180	665
RECEITAS DE CAPITAL	742	640	-103	-13,9	2 003	3 480	1 477	73,7	37,1	18,4	1 261	2 841
Diferenças de consolidação	13	7			30	26						
DESPEAS DE CAPITAL	1 739	1 745	5	0,3	5 254	6 840	1 586	30,2	33,1	25,5	3 515	5 095
Investimento	1 362	1 364	2	0,2	4 137	5 485	1 348	32,6	32,9	24,9	2 775	4 120
Transferências de capital	319	345	26	8,2	987	1 313	327	33,1	32,3	26,3	668	968
Outras despesas de capital	35	9	-26	-74,9	62	41	-20	-32,9	56,9	21,2	27	33
Diferenças de consolidação	23	26			68	0						
RECEITA EFETIVA	28 628	29 807	1 179	4,1	80 580	86 122	5 542	6,9	35,5	34,6	51 951	56 315
DESPESA EFETIVA	30 552	31 863	1 311	4,3	83 577	89 767	6 190	7,4	36,6	35,5	53 025	57 904
SALDO GLOBAL	-1 923	-2 055	-132		-2 997	-3 644	-647				-1 074	-1 589
<i>Por memória:</i>												
Receita fiscal	15 622	16 241	619	4,0	47 232	48 516	1 284	2,7	33,1	33,5	31 609	32 275
Despesa corrente primária	25 425	26 528	1 104	4,3	70 024	74 501	4 477	6,4	36,3	35,6	44 599	47 972

Fonte: DGO e cálculos UTAO | Notas: os dados encontram-se consolidados de transferências, subsídios, juros e rendimentos de propriedade entre organismos das administrações públicas, bem como consolidados entre aquisição de bens e serviços com vendas de bens e serviços para algumas entidades do programa orçamental Saúde. Os dados para 2017 têm por base a execução provisória. O referencial anual 2018 do agrupamento de despesa "outras despesas correntes" inclui a dotação provisória (495 M€), bem como um montante de reserva orçamental (451,2 M€). A existência de diferenças de consolidação nas respetivas rubricas na conta da DGO tem implicação ao nível da qualidade da análise das rubricas por classificação económica (ver Nota Técnica da UTAO n.º 28/2014).

Tabela 18 – Conta consolidada (não ajustada) das administrações públicas para 2018
(em milhões de euros, percentagem e pontos percentuais)

	Janeiro-maio				Ref. Anual				Grau execução		Falta executar	
	Execução		Variação homóloga		2017	OE/2018	Variação homóloga		2017	OE/2018	2017	OE/2018
	2017	2018	M€	%			M€	%				
RECEITA CORRENTE	29 975	29 380	-595	-2,0	79 000	82 875	3 875	4,9	37,9	35,5	49 025	53 495
Impostos diretos	7 121	5 290	-1 831	-25,7	21 753	21 905	153	0,7	32,7	24,1	14 632	16 615
Impostos indiretos	10 434	10 951	517	5,0	25 928	26 929	1 001	3,9	40,2	40,7	15 495	15 978
Contrib. de segurança social	7 692	8 066	374	4,9	19 760	20 469	709	3,6	38,9	39,4	12 068	12 403
Outras receitas correntes	4 679	5 038	359	7,7	11 555	13 562	2 008	17,4	40,5	37,1	6 876	8 525
Diferenças de consolidação	50	36			4	9						
DESPESA CORRENTE	29 554	30 401	847	2,9	78 323	83 052	4 729	6,0	37,7	36,6	48 769	52 651
Consumo público	12 300	12 572	273	2,2	32 887	35 069	2 182	6,6	37,4	35,9	20 588	22 497
Despesas com pessoal	7 538	7 401	-138	-1,8	20 144	20 176	32	0,2	37,4	36,7	12 605	12 775
Aq. bens e serv.e out. desp. corr.	4 762	5 172	410	8,6	12 744	14 893	2 149	16,9	37,4	34,7	7 982	9 721
Aquisição de bens e serviços	4 317	4 770	453	10,5	11 779	12 976	1 197	10,2	36,7	36,8	7 462	8 206
Outras despesas correntes	444	401	-43	-9,7	965	1 917	952	98,7	46,1	20,9	520	1 515
Subsídios	301	365	64	21,2	947	1 347	400	42,2	31,8	27,1	646	982
Juros e outros encargos	3 398	3 730	332	9,8	8 299	8 426	127	1,5	40,9	44,3	4 901	4 696
Transferências correntes	13 548	13 731	183	1,4	35 596	37 407	1 811	5,1	38,1	36,7	22 049	23 676
Diferenças de consolidação	7	2			58	307						
SALDO CORRENTE	421	-1 021	-1 442		677	-177	-854				256	844
RECEITAS DE CAPITAL	742	640	-103	-13,9	2 003	3 480	1 477	73,7	37,1	18,4	1 261	2 841
Diferenças de consolidação	13	7			30	26						
DESPEAS DE CAPITAL	1 796	1 843	47	2,6	5 254	6 840	1 586	30,2	34,2	27,0	3 457	4 996
Investimento	1 420	1 458	39	2,7	4 137	5 485	1 348	32,6	34,3	26,6	2 717	4 027
Transferências de capital	319	350	31	9,8	987	1 313	327	33,1	32,3	26,6	668	963
Outras despesas de capital	35	9	-26	-74,9	62	41	-20	-32,9	56,9	21,2	27	33
Diferenças de consolidação	23	26			68	0						
RECEITA EFETIVA	30 717	30 020	-698	-2,3	81 003	86 355	5 352	6,6	37,9	34,8	50 286	56 336
DESPESA EFETIVA	31 350	32 244	894	2,9	83 577	89 892	6 315	7,6	37,5	35,9	52 226	57 647
SALDO GLOBAL	-633	-2 225	-1 592		-2 574	-3 537	-963				-1 941	-1 312
<i>Por memória:</i>												
Receita fiscal	17 554	16 241	-1 314	-7,5	47 681	48 834	1 154	2,4	36,8	33,3	30 126	32 594
Despesa corrente primária	26 156	26 671	515	2,0	70 024	74 626	4 602	6,6	37,4	35,7	43 868	47 955

Fonte: DGO e cálculos UTAO | Notas: os dados encontram-se consolidados de transferências, subsídios, juros e rendimentos de propriedade entre organismos das administrações públicas, bem como consolidados entre aquisição de bens e serviços com vendas de bens e serviços para algumas entidades do programa orçamental Saúde. Os dados para 2017 têm por base a execução provisória. O referencial anual 2018 do agrupamento de despesa "outras despesas correntes" inclui a dotação provisória (495 M€), bem como um montante de reserva orçamental (451,2 M€). A existência de diferenças de consolidação nas respetivas rubricas na conta da DGO tem implicação ao nível da qualidade da análise das rubricas por classificação económica (ver Nota Técnica da UTAO n.º 28/2014).